

Conceito e possibilidade de medida da personalidade

(Desenvolvimento histórico-crítico)

ROBERTO MOREIRA
Técnico de Administração

Dando ao presente trabalho um desenvolvimento histórico-crítico, o autor salienta de início as naturais reservas a que deve apegar-se o estudioso quanto à aceitação de uma teoria sobre a medida da personalidade, passando depois a abordar o conceito filosófico da personalidade, indo das idéias substancialistas de permanência e unicidade, até à idéia associacionista de síntese, tudo mediante uma eclética atitude fundamentada em fatores histórico-genéticos.

Glosando as teorias heredologistas e ambientalistas, oferece o presente ensaio uma concepção sociológica da personalidade e uma conseqüente possibilidade relativa de sua mensuração, fenômeno do qual o autor evidencia profundas repercussões para os sistemas de seleção de pessoal. (N. R.)

EMBORA praticamente já ninguém mais duvide das possibilidades da psicometria, tendo em vista os progressos e conseqüências normativas da psicofísica e dos testes de aptidão e de aprendizagem, no que diz respeito à personalidade as dúvidas e limitações ainda são grandes.

Não significa isto que os testes de personalidade não possam vir a ter a aceitação que mereceram os demais.

Entre os que adotam uma posição de reserva e dúvida, quanto a eles, é possível distinguir os que o fazem por motivos filosóficos e os que assim procedem por espírito crítico, tendo em vista não só a prudência científica, mas também razões metodológicas.

Entre os primeiros figuram todos os filósofos substancialistas e metafísicos, cujo representante

moderno mais notável é Bergson, que negou a possibilidade de quantificação dos estados de consciência (1).

Tendo em vista, inicialmente, esta posição e a do criticismo metodológico científico, procurei realizar um estudo de compreensão e de confronto crítico entre elas, seus fundamentos e conseqüências. A síntese desse trabalho é o que apresento nas linhas que vão seguir. Não pretendo dizer novidade. Procuro reeditar debates que percorri nestes últimos anos, mas que se processaram principalmente no fim do século passado e no primeiro quartel deste. Não se pode afirmar que tais debates tenham terminado. Todavia, atualmente, eles parece que estão chegando a seu termo.

2. O conceito de *personalidade* pode ter várias definições, dentre as quais distinguimos as seguintes, que fomos colher entre as indicadas por André Lalande (2).

I) *no sentido abstrato*: a) caráter do ser que é uma pessoa moral, ou uma pessoa jurídica; b) função psicológica pela qual um indivíduo se considera como um ego" único e permanente.

II) *no sentido concreto*: a) pessoa, moral, e, especialmente, pessoa que realiza em alto grau as qualidades superiores pelas quais se distingue do simples indivíduo biológico; b) homem que se faz notável na sociedade, de um modo qualquer, por motivo das funções que ocupa, ou da influência que exerce.

Como veremos no decorrer deste trabalho, o conceito moderno de personalidade, que resulta do

(1) HENRY BERGSON — *Essai sur les Données Immédiates de la Conscience* — Paris, 1930 (31.ª edição).

(2) ANDRÉ LALANDE — *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie* — Paris, 1938 (3 volumes).

trabalho de observação experimental, contém algo que nos lembra as definições abstrata e concreta assinaladas com a letra *a*. Mas também encerra algo que se acha contido na definição abstrata assinalada com a letra *b*. Isto não significa, todavia, que se tenha chegado a uma posição eclética. Representa uma mudança ou evolução em cujo estágio atual encontramos resíduos do passado. A permanência do velho no que é novo e a sua resistência a este último, pode ser compreendida ou do ponto de vista da teoria dos resíduos de Vilfredo Pareto (3) que implica uma concepção mecanicista e quantitativa das relações e instituições sociais, segundo a qual estas correspondem a um aumento, diminuição ou repetição quantitativos; ou, então, mais dinâmica e profundamente, pode explicar-se nos termos da dialética hegeliana, segundo a qual o moderno, como contradição do antigo, terá surgido daquele, pois que da unidade e oposição dos contrários é que resulta todo o progresso.

Será, portanto, indispensável, para compreender a moderna psicologia da personalidade, partir da antiga e ver quais as contradições que explicam a evolução ou o progresso em vista.

3. A psicologia primitiva, de origem e fundamentação metafísico-teológicas, fazia todos os seus postulados, princípios e conseqüências lógicas partirem do pressuposto de uma alma substancial, única e permanente. Assim, o conceito de pessoa implicava uma predominância da alma sobre o corpo, mero instrumento material de participação na sociedade intelectual e moral dos espíritos. Dêsse conceito de pessoa é que era derivado o de personalidade, na qual se viam reunidas as capacidades ou, melhor falando, as faculdades de distinguir o bem do mal, a verdade do erro, de julgar o valor moral dos atos humanos e de auto-determinação por êsse julgamento, etc.

Mas, se a personalidade era definida assim, pela unidade das faculdades espirituais, ela supunha, também, continuidade, isto é, permanência. Êstes elementos se encontram em toda a sua pureza nas definições apresentadas pelos tomistas modernos, como em Sinibaldi (4) e outros.

Lalande, na definição abstrata que citamos há pouco, repete êsse conceito de permanência, ainda

inerente a grande parte das definições modernas. Personalidade seria, portanto, a função psicológica pela qual um indivíduo se considera como um "ego" único e permanente.

Quando esta função se anormaliza, isto é, quando se degenera ou perturba, exprime-se o fato pela expressão "moléstia da personalidade", inventada por Th. Ribot (5), para significar "moléstias ou desdobramentos da unidade psicológica individual".

Afirma André Lalande (5a) que a expressão acima e, conseqüentemente, todo o conceito de personalidade da escola psicológica francesa, cujo mestre é Ribot, têm sua origem na indistinção em que permaneceram por muito tempo as duas idéias de "ego" psicológico" e de "alma substancial".

Pouco a pouco, porém, o conceito de permanência e o de substancialismo foram desaparecendo. Os próprios estudos de Ribot contribuíram para isso, principalmente os que se referem às perturbações da personalidade.

De forma semelhante, contribuíram para isso, os estudos de Piaget sobre a formação e evolução da personalidade infantil. Viu-se, pouco a pouco, que não se podia fazer a definição desta pela idéia de permanência e, portanto, de invariabilidade. A personalidade não era algo de simples e constante, não era uma substância, ou faculdade de uma substância.

Os estudos de Ribot e os de Pierre Janet levaram à conclusão de que as chamadas moléstias da personalidade consistiam numa decomposição, isto é, num prejuízo de unidade. Verificou-se mais que o chamado indivíduo normal não era nada estável e que sua posição em face dos anormais era relativa e não perfeitamente determinada.

Daí uma definição relativista da personalidade, mediante as idéias de síntese e unidade. A idéia da síntese justificava a formação e evolução, e a de unidade substituía o velho conceito da invariabilidade.

Num livro de Abel Rey (6) que em França se tornou conhecido como manual de psicologia, próprio para alunos das escolas normais, durante a 1.^a guerra mundial e até 1930, aparecem bem nítidas estas idéias ao se conceituar a personalidade.

(3) VILFREDO PARETO — *Traité de Sociologie Générale* — Paris, 1932 (2 volumes).

(4) TH. SINIBALDI — *Elementos de philosophia* — Coimbra, 1891 e 1892 (2 volumes).

(5) THEODULE RIBOT — *Les Maladies de la Personnalité* — 1885.

(5a) Obra citada.

(6) ABEL REY — *Psychologie* (suivie de notions sommaires d'Esthétique) — Paris, 1911.

“A região da consciência plena — escreve êle — é pois o conjunto dos estados de consciência que, retidos por nossa memória superior (pela memória no sentido restrito do termo) e, conseqüentemente, suscetíveis de serem reconhecidos sempre, são considerados como nossos e formam nossa personalidade. Cada um destes estados é associado à idéia do meu *ego*, ou, antes, esta idéia do *ego*, de minha personalidade, não é senão a resultante final e o simbolo vivo da síntese destes estados de consciência.

“Reflexão, vontade, atividade dirigida conscientemente a um fim, quer seja intelectual, efetiva ou matriz, atividade verdadeiramente consciente, enfim, tudo isso nada mais é que a parte de nossa atividade na qual intervém de um modo mais ou menos eficaz nossa personalidade, e que está sob o contrôle do *ego*. Nossos atos podem, pois, se classificar em duas grandes categorias: os que se realizam independentemente deste conjunto de estados de consciência cuja síntese forma a nossa personalidade, e os que se realizam sob a sua dependência parcial ou total. Os primeiros constituem nossa atividade automática, os segundos nossa atividade pessoal verdadeiramente consciente. E não se deve perder de vista que esta atividade verdadeiramente consciente não é senão uma *parte muito restrita de nossa atividade psicológica total*”.

4. A citação anterior, de Abel Rey, foi tão extensa, a fim de que pudéssemos, a partir dela, desenvolver o presente item. E fomos buscá-la num manual, em vez de num tratado, porque desta forma teremos exemplificado a sua aceitação geral num grande período da história da psicologia, justamente naquele em que a psicologia se definia como tendo por objeto o estudo científico dos fatos de consciência.

Em nossos dias, com a predominância da escola americana, tal concepção perdeu muito de sua aceitação, embora não tenha desaparecido. No grande tratado, escrito sobretudo por psicólogos franceses, que Dumas coordenou, sua influência ainda é bastante sensível (7).

Também William James (8) e, a partir dêle, certos setores da psicologia norte-americana se prenderam à referida concepção. Apesar das ino-

vações que apresentou, das suas teorias da franja e da corrente da consciência, James não se tornou independente da escola francesa. E este fato explica as inúmeras reimpressões que as traduções de suas obras psicológicas tiveram em França, onde, todavia, seu pragmatismo filosófico quase não teve influência.

Na psicologia como estudo dos estados de consciência, o conceito de síntese supõe a existência de fatos primários e elementares que se associam em *todos* parciais, de que se faz a síntese final, implicada no conceito de personalidade. Em geral, o elemento, o átomo da vida de consciência, por uma velha tradição associacionista, é considerado como sendo a sensação.

Todavia, esta hipótese é contraditória, encerra oposições que a tornam insustentável. Geralmente se tem definido a sensação como um estado simples, de consciência, provocado por um estímulo exterior ou interior ao organismo. Na sensação, afirma-se, não há percepção do órgão excitado, nem do objeto. “As sensações constituem os primeiros acontecimentos da vida de consciência”. (W. James).

E’ na percepção, portanto, que se deve dar a situação das sensações no espaço e o seu conseqüente interrelacionamento.

A sensação consistiria numa consciência imprecisa e imediata da excitação, ao passo que na percepção deveria haver precisão mediata. Apesar disso, porém, continuam os associacionistas, não se pode separar propriamente a sensação da percepção; as duas formam um todo. A sensação independente da percepção, observa W. James (9), é impossível numa consciência adulta e só se realiza nos primeiros dias de vida. A. Burloud escreve em um artigo (10) que “a sensação é o traço de união entre a excitação e a percepção, entre o físico e o mental; ela tem ao mesmo tempo de um e de outro, sendo a percepção uma elaboração mental ou espiritual duma sensação que é, em si, nada mais do que um fato bio-psíquico”.

Como se vê tais hipóteses são inverificáveis. Não há experiência real e positiva que mostre ao psicólogo a *sensação átomo* ou que mostre a *sensação traço-de-união* entre a excitação e a percepção. Apenas por suposição é possível admitir que a sensação, como um vago estado de consciência, se realize nos

(7) G. DUMAS — *Nouveau Traité de Psychologie* — (6 volumes) Paris, dif. datas.

(8) W. JAMES — *Précis de Psychologie* — Paris, 1924 (6.^a edição francesa).

(9) Obra citada.

(10) in *Revue de Métaphysique et de Morale* — Paris, 1937.

primeiros dias da vida. E nós, adultos, relacionamos as qualidades sentidas a um objeto exterior, tão imediatamente quanto sentimos, o mesmo acontecendo à situação de qualquer sensação em uma parte do nosso organismo. Se isso é percepção, por um raciocínio semelhante ao dos associacionistas, teremos que chegar à conclusão de que não podemos supor nada anterior à percepção, a não ser por mera hipótese inverificável.

As experiências de Koehler (11), os trabalhos de Koffka (12) e de todos os gestaltistas contemporâneos, não só trazem evidência experimental contra a hipótese associacionista, como liquidam a idéia de síntese que a escola de Ribot emprestou ao conceito de personalidade.

Na citação feita a pouco, de Abel Rey, ainda está patente a influência, ou resíduo, ou permanência contraditória das velhas teorias metafísico-teológicas. Ao ver na memória e na suscetibilidade oferecida pelos "fatos de consciência" de serem reconhecidos sempre, as condições da formação da personalidade, mostra que a idéia de invariabilidade substancial deixou vestígios.

C. Wolff, na sua *Psychologia Rationals*, não liberto ainda do substancialismo escolástico, afirmou que "pessoa é o ser que conserva memória de si, isto é, que se lembra de ser o mesmo que foi antes neste ou naquele estado". Comparada esta definição com aquela de A. Rey, nota-se como as duas exibem parentesco.

Outro aspecto em que o velho permaneceu na escola francesa, contradizendo o que ela apresentava de novo, é o de apresentar a personalidade como formada de dentro, num conceito subjetivo, ao qual se chegou por introspecção. Como se sabe, êste sempre foi o método proclamado pelos escolásticos como capaz de permitir a observação da alma; seria a observação da alma pela própria alma.

Por fim, o elemento novo, aceito e desenvolvido por esta escola, principalmente por P. Grasset, P. Janét, Th. Ribot, Paulhan, etc., é o de que, se a personalidade é representada pela vida plenamente consciente, esta é apenas uma parte, e não a maior, da atividade psicológica total.

E' a partir dêste ponto que se conseguiu chegar a um novo conceito e a uma nova teoria da personalidade.

5. Podemos considerar as teorias e estudos contemporâneos da personalidade como resultante de 4 linhas de influência: 1) a teoria da evolução (Darwin, 1859), responsável pela ênfase que se deu à psicologia genética (Stanley Hall, 1844-1924); 2) a teoria mendeliana da hereditariedade (1866) e os estudos iniciados por Galton (1869) sobre as diferenças individuais; 3) o estudo da psicologia patológica (Ribot, 1885); 4) estudo do indivíduo em suas relações com as condições do meio (psicologia social de Gabriel Tarde, Mac Dougall, Allport, etc.) e em vista da reorganização dos seus motivos fundamentais (teoria psiconalítica de Freud, teoria da compensação psíquica de Adler, teorias dos desejos fundamentais de Thomas, etc.).

A primeira linha de influência tende a eliminar o velho conceito substancialista da invariabilidade, porque, apresentando no curso da evolução biológica as funções psíquicas como funções de adaptação ao meio, admite uma formação natural contínua a partir de propriedades primitivas da matéria viva. Segundo esta concepção, já a *memória* não nos revela como idênticos ao que fomos antes, não atesta a invariabilidade da alma. Como diz J. Ingenieros (13) a propriedade de conservar uma modificação estrutural como consequência de todo desequilíbrio energético precedente, constituiria a memória. A *experiência* seria o conjunto das modificações do equilíbrio energético em um ser vivo, conservadas pela memória. Toda excitação relacionada à experiência anterior, seria *sensação*. As modificações funcionais e estruturais produzidas no curso da evolução das espécies, constituiriam a *experiência filo-genética*; no curso da evolução dos grupos sociais, a *experiência sociogenética*; na evolução dos indivíduos, a *experiência ontogenética*.

Embora seja esta uma amostra das hipóteses psicogenéticas européas, que se refletiram em José Ingenieros, cuja obra sobre psicologia é uma grande síntese, devemos confessar que Stanley Hall, admitindo a teoria da evolução e da formação natural das funções psíquicas, não formulou hipóteses deterministas relativas às causas e condições de tal formação; procurou, apenas, como quase todos os psicogeneticistas americanos, estudar experimental-

(11) W. KOEHLER — *Gestalt Psychology* — New York, 1929.

(12) K. KOFFKA — *Principles of Gestalt Psychology* — New York, 1935.

(13) JOSÉ INGENIEROS — *Principios de Psicología* — Buenos Aires, 1919 (6.ª edição).

mente como se realiza essa formação. E, ao formular a teoria da recapitulação da experiência filogenética pela ontogênese, não teve em mira descobrir causas ou condições. Julgou ter descrito um processo e não ter arquitetado uma hipótese determinista. O mesmo se pode dizer das suas outras teorias, como a da adolescência qual um novo nascimento, as leis da aprendizagem, etc. (14).

O que resultou de prático destes estudos psicogenéticos, em relação a uma nova teoria da personalidade é que esta é, como todo o indivíduo, um processo em evolução, e que estudar a personalidade é estabelecer sua história genética.

6. Dos estudos da hereditariedade se concluiu por algo que relembra a invariabilidade substancialista, isto é, que os *semelhantes tendem a permanecer semelhantes*, pois, segundo demonstraram Galton e Weismann, uma parte do plasma germinal não entra na construção do corpo do que vai nascer, mas é conservada imutável para a formação de células germinais da geração seguinte.

Se isto é verdade, constitui porém uma verdade relativa. A observação comum demonstra facilmente que, embora os semelhantes tendam a permanecer semelhantes, a similitude entre pais e filhos nunca é perfeita. Daí outra lei da hereditariedade que afirma a possibilidade das variações.

O mendelismo, com as suas leis fundamentais e relativas às unidades herdáveis fundamentais, à dominância e recessividade dos caracteres herdáveis e à segregação ou à puridade dos gametos, tentou responder experimentalmente aos dois aspectos da hereditariedade — permanência e variabilidade — chegando finalmente à hipótese fatorial, dos gens ou fatores que são unidades características na herança. Como em cada nascido se representam duas linhas genéticas — paterna e materna — ele tenderá a ser semelhante aos ascendentes de ambas as linhas, mas também a ser diferente, em virtude do seu multibridismo.

Galton formulou a grande lei da variação, quando descobriu estatisticamente que esta se processa segundo a curva normal ou curva de probabilidade.

A consequência destes estudos foi a de se passar a considerar a personalidade como submetida às mesmas leis. Praticamente isto levou muitos psicó-

logos a tentar explicar a personalidade pelo estudo dos antepassados, a compreender o indivíduo por sua árvore genealógica (Galton, Schuster, Wood, Cattel, De Candolle, etc.). Outra consequência, e esta no grande esforço contemporâneo de medir a adaptabilidade dos indivíduos às cambiantes condições de sociedade moderna, foi a de se realizar a análise factorial das aptidões, e, coerentemente, a decomposição da personalidade em elementos fatores: os chamados traços de personalidade. A distribuição factorial se processaria conforme a curva da probabilidade normal (cif. L.L. Thurstone e C. L. Hull) (15).

Entretanto, outra corrente de estudos veio a copor-se e, daí, uma luta de princípios e pesquisas contraditórias, cujos resultados teóricos e práticos estão a nos fazer esperar um máximo das ciências biológicas e sociais nos próximos anos.

7. Quando Th. Ribot iniciou os estudos referentes à memória e às relações entre as condições somáticas e a mente, viu-se a braços com o problema das doenças mentais, cujo resultado mais imediato era o prejuízo da individualidade psíquica, o desdobramento da personalidade, segundo suas próprias palavras. Daí o seu célebre livro sobre as doenças da personalidade, que data de 1885. A hereditariedade não respondia integralmente por essas anomalias, que nem sempre eram encontradas nas ascendentes dos anormais.

Pierre Janet estudou extensamente as mudanças da personalidade sob várias influências e condições. Por exemplo nos delírios religiosos (16) ele vê doentes com pais e irmãos que se aproximam à média de normalidade, e, por isso, supõe para as alterações da personalidade, condições somato-fisiológicas e psíquicas, bem como condições ambientais.

De pesquisas e estudos que tais passou-se à inferência de que a personalidade total não é produto deste ou daquele fator. Seria um estado de equilíbrio, mais ou menos estável ou vacilante, que resulta de múltiplas forças interatuantes, ambientais orgânico-fisiológicas e psico-neurológicas. Como se vê, esta concepção não é de todo estranha àquela

(15) L. L. THURSTONE — *The Vectors of the Mind* — Chicago, 1935. C. L. HULL — *Aptitude Testing* — New York — 1928.

(16) PIERRE JANET — *De l'Angoisse à l'Extase* (études sur les croyances et les sentiments) — Paris, 1928 (2 volumes).

(14) G. STANLEY HALL, et al. *Aspects of Child Life and Education* — New York, 1921.

expostas por J. Ingenieros, como conclusão da sua síntese explanatória da psicologia geneticista.

Mas, sem fugir inteiramente a êste resultado, os debates científicos ainda continuam em tórno de teses fundamentais, uns a afirmar a proeminência do fator hereditariedade, outros a julgar que o meio é o afortor dominante, aí incluídas as influências físicas e sociais.

8. Uma fórmula heredologista muito comum, de apresentar a questão acima é a de Rudolf Pintner. Nós herdamos um mecanismo orgânico específico, capaz de reagir de vários modos. Ao nascer, êle é imaturo, mas vem então um longo período durante o qual êle cresce e amadurece. Durante tal período de maturação o que acontece ao organismo depende dos fatores intrínsecos do crescimento e das influências extrínsecas do ambiente que determina as espécies de aprendizagens ou modificações que devem ter lugar, enquanto a maturação determina a grandeza de tal modificação em cada indivíduo. (17)

Entre as experiências que mais contribuíram para confirmar esta posição de Pintner e outros psicólogos norte-americanos, podemos citar os estudos de R. Gesell e H. Thompson (1929) baseados na observação experimental de gêmeos idênticos, desde o berço, com o fim de estudar o efeito da mudança ambiental, uma vez suposta constante a hereditariedade. O resultado foi a verificação de que o treinamento superior não determinou qualquer grande diferença na capacidade atual de execução e aquisição, mas o gêmeo treinado mostrou-se, todavia, com notável senso de confiança, o que na realidade representa uma vantagem (17a). Estudos semelhantes e mais extensos quanto ao número de pacientes foram os realizados por G. H. Hildreth (1925), baseados na observação de 578 pares de gêmeos, com ou sem experiência de escola materno. Os resultados também se mostram favoráveis à teoria heredologista (18).

De outro lado, porém, há experiências que contradizem as anteriores. Assim, por exemplo, estudos

(17) R. PINTNER, et al. — *An Outline of Educational Psychology* — New York, 1934.

(17a) A. GESELL and H. THOMPSON — *Learning and Growth in Identical Infant Twins: an experimental study by the method of co-twin control* — *Genet. Psychol* — Monog., 1929, 6, n.º 1.

(18) G. H. HILDRETH — *The Resemblance of siblings in intelligence and achievement* — *Teach. Coll. Contrib. Educ.*, 1925, n.º 186.

feitos por F. N. Freeman, K. J. Holzinger e B. C. Mitchell, em 1928, levam a resultado que indica uma grande influência do meio na execução de testes de inteligência (19). D. B. Lithauer e Klineberg mostraram em 1933 que a melhoria do meio implica um aumento notável no Q. I. (20).

Daí um conceito ambientalista da personalidade, que a torna a consequência da integração de motivos e condições ambientais atuantes sobre o organismo individual, condicionando-o, despertando e estimulando-lhe as possibilidades de reação e adaptação. Esta é a posição dos psicólogos sociais, entre os quais aparecem Allport, Mc. Dougall, e outros.

9. Êstes autores nos levam a concluir que a personalidade não se explica apenas em termos de biologia e psicologia individual. Sua formação realiza-se sob a constante influência da sociedade na qual a pessoa nasceu e na em que vive; por isso, tal formação é modelada, sob muitos aspectos, pelas relações sociais que implicam a pessoa e pelo comportamento coletivo do grupo a que pertence. "Êle (o indivíduo) se torna o herdeiro de uma tradição moral e intelectual que foi construída lentamente, através dos esforços de milhares de gerações" (21).

Êstes condicionamento sociológico da personalidade não se processa sem reação por parte da pessoa. Se é verdade que existem essas poderosas influências sociais, e parece não haver dúvida que sim, J. Piaget afirma serem elas assimiladas, isto é, deformadas pelo ser vivo que as sofre, e incorporadas à própria substância dêste último.

Justamente aqui é que se pode compreender a influência das teorias freudianas sobre o conceito moderno da personalidade. Freud (22) mostrou em suas hipóteses e na interpretação do material que colheu não ser a personalidade apenas uma síntese dos estados de consciência, sob o império do ego individual (conforme o pretendiam velhas teorias já citadas neste artigo). A personalidade é condicionada por forças que regem o comporta-

(19) F. N. FREEMANN, K. Y. HOLZINGER, and B. C. MITCHELL — *The influence of Environment on the intelligence, school achievement, and conduct of foster children* — 27th Yearbook of the National Society for the Study of Education, 1928.

(20) D. B. LITHAUER and O. KLINEBERG — *A Study of the variation in I. Q. of a group dependent children in institution and foster home*. — *Journal of Genetic Psychology*, 1933, 42.

(21) W. MAC DOUGALL — *An Introduction to Social Psychology* — Londres, 1917 (12.ª edição).

(22) SIGMUND FREUD — *Introductory Lectures on Psycho-Analysis* — Londres, 1929 (2.ª edição).

mento do indivíduo e que não implicam a intervenção da consciência. "E, o que é mais importante para o assunto de que estamos tratando, as forças que orientam e dirigem muitos dos nossos atos, independentemente da intervenção da consciência, encontram, segundo a psicanálise, condições sociais, pois a *censura* — que na acepção freudiana é constituída por instâncias deformadoras, funções que exercem uma espécie de crítica mental sôbre aquilo que tenta transpor o limiar da consciência — forma-se por educação, sobretudo na primeira infância, graças à força da influência dos adultos que cercam a criança"... (23).

De um modo geral, segundo a psicanálise, a personalidade do adulto normal implica três forças dinâmicas, o *id*, o *ego* e o *super-ego*. A primeira corresponde à fonte de energia psicobiológica; a segunda dirige o comportamento no sentido da satisfação das necessidades do indivíduo de acôrdo com o conhecimento da realidade social e física; a terceira é a força que responde pela socialização do indivíduo. Como se vê, as teorias de Freud permitem realizar um compromisso entre correntes científicas que se debatem. A hipótese do *id* permite aceitar, até certo limite, as teorias hereditárias; a hipótese do *ego*, a aceitar, parcialmente também, as teorias *behavioristas* de fundamento evolucionista, relativas às reações de adaptação, aos estímulos ambientes e internos; e a hipótese do *superego* abre certa margem à teorias sociológicas, que, com Durkheim à frente, pretenderam verificar a suposição de que a consciência individual seria o resultado da interiorização crescente dos dados sociais.

10. Reconhecendo o poder do meio ambiente na formação da personalidade, outros psicólogos procuraram, todavia, como o mestre vienense, um *substratum* biológico para suas teorias. Daí a pesquisa dos motivos, que são considerados como uma inclinação ou impulsão a agir, com certo grau de orientação ou direção.

Para explicar a pureza biológica dos motivos, V. E. Fisher (24) esclarece que, quando se afirma que eles possuem um aspecto diretivo ou teleológico, não se quer afirmar uma influência diretiva de fatores intelectivos que se organizaram com o motivo. Trata-se antes de um fator diretivo que é ine-

rente ao próprio motivo. Um motivo, acrescenta o autor citado, é em si mesmo atividade, mas é uma atividade interna, peculiar e incompleta. Sua característica mais notável e significativa reside no fato de que ele constitui uma exigência, inclinação, ou impulsão à atividade ulterior, de tipo mais elaborado e evidente, culminando em um ato de natureza consumatória.

Os motivos assim considerados têm recebido diferentes nomes. Para uns eles são inclinações, para outros tendências, impulsos ou desejos. Embora certos autores indiquem minúcias diferenciais entre estas várias palavras como conceitos, pode-se considerar tudo sob o conceito mais extenso, embora menos compreensivo, de motivo, segundo a definição de Fisher.

Da força dos motivos, do seu contrôlo e da sua educação depende a formação da personalidade. Várias tentativas foram feitas para classificar os motivos. Entre elas aparecem as relativas à determinação de um motivo dominante, como a de Freud, a de Adler a de Yung, e outros. Mas também surgem as que procuram não um, mas vários motivos. Dentre estas é célebre a de Thomas, relativa aos desejos fundamentais (25). Thorndike e Gates também organizaram listas de motivos da mesma forma que Murphy e Newcomb.

Se esta multiplicidade de classificações é possível, e se são divergentes, claro está que a teoria dos motivos não é bem legítima. Parece, antes, que a lista dos motivos fundamentais corresponde mais à experiência cultural dos autores que a algo de objetivo. O próprio fato, alegado por todos, da luta dos motivos, do seu desenvolvimento negativo ou positivo, do seu condicionamento e integração, contribui para que dificilmente os consigamos descobrir em estado puro.

Seja como for, todavia, parece que o balanço destas teorias, nos leva a uma concepção sociológica

(23) J. ROBERTO MOREIRA — *Os Sistemas Ideais de Educação* — Companhia Editora Nacional, 1941.

(24) V. E. FISCHER — *An Introduction to Abnormal Psychology* — New York, 1937.

(25) Os quatro desejos são: de correspondência, de consideração, de novas experiências e de segurança. Esta classificação dos desejos não procura certamente um *substratum* biológico; é atual e supõe uma interação ou interpenetração dos campos psicológico e sociológico. Disse Donald Pierson que "juntamente com pesquisadores, como Ernest Burgess e Clifford Shaw, que têm usado esta análise, Thomas afirma que é possível classificar todos os nossos desejos dentro destas quatro categorias fundamentais" (Vide: "Educação, Ciências Sociais e Mundo Atual" por Donald Pierson — Estudos Educacionais, 1942, II, 3).

(26) BOUGLÉ, BRÉHIER, DELACROIX et PARODI — *Du Sage Antique au Citoyen Moderne* (études sur la culture morale) Paris, 1935.

e histórica da personalidade. Quaisquer que sejam as forças e os impulsos que constituem sua natureza animal, a personalidade humana só se revela em um conjunto socialmente determinado, no qual o modelo biológico não funciona senão como um dos elementos constitutivos. E já que o conjunto social é condicionado historicamente, a personalidade humana é também um fato histórico.

“Tôda a atividade social gira em tôrno das necessidades e desejos humanos. Mas tais necessidades e desejos são mais que uma simples lista de impulsos biológicos. São de natureza social e, portanto, históricos”.

Naturalmente, uma tese como esta não se lança impunemente. E' preciso defendê-la. Cumpre observar, porém, que ela não é nova. Data de Hegel e Fierbach, encontrando um forte apoio em setores da psicologia social inglesa, americana, francesa e russa, de nossos dias. Se tivermos em vista (a) os motivos do sábio antigo, considerando o século de Platão, e a época estoica (b) o ideal cristão tão bem caracterizado por Delacroix em um ensaio sobre a moral cultural, a moral sobrenatural, a fé e a santidade, (c) os princípios do homem honesto, individualista e racional, descrito por Parodi e situado nos séculos XVIII e XIX, (d) os motivos e ambições dos cidadãos e produtores modernos, que qualquer de nós conhece mais ou menos, será possível compreender como, de fato, a personalidade humana é a resultante de condições históricas e sociais, tanto quanto os seus motivos (26).

Se fugirmos, porém, às condições históricas da pessoa humana, para considerá-la num momento determinado, em nossos dias, por exemplo, parece-me que a posição acertada seria a de estudá-la dentro de alguns postulados e princípios da teoria de campo, que a escola *gestaltista* foi tomar emprestada à noção de campo físico. E, neste terreno, em vez de aceitar puramente as teorias de Koehler e Koffka, preferimos ajuntar-lhes os conceitos sociológicos e o ponto de vista topológico com que as enriqueceram os trabalhos de K. Lewin e J. F. Brown.

Admitindo por *traço de personalidade* uma característica que diferencia alguém do seu companheiro, J. F. Brown (27) define a personalidade

como o padrão ou a configuração de tais traços. Desaparecem desta definição as velhas idéias metafísico-substancialistas; é relativista, porque abandona qualquer idéia de absoluto subjacente, e porque dá conta da variabilidade e das diferenças de personalidade.

J. F. Brown procura, também, tendo em vista o condicionamento social da pessoa, explicar dêste modo a gênese da personalidade. E' ela determinada primariamente pelos obstáculos que os indivíduos encontram nos seus campos psicológicos. Por campo psicológico deve-se entender o sistema de forças e tensões, físicas, biológicas e sociais, que determina a construção do espaço psicológico, admitida a palavra espaço no sentido *postriemaniano* da *ANALYSIS SITUS*, em que se estudam as propriedades geométricas que não se alteram quando a figura dada é submetida a uma deformação contínua qualquer; abstraindo-se dessa análise a noção de medida, para considerar apenas certos fatos que resultam da situação relativa dos elementos da figura, como as relações de contiguidade e de continuidade entre pontos, linhas e superfícies (28). E' preciso considerar aqui, nesta noção de espaço em psicologia, que, na geometria de Riemann, capaz de tornar inteligível a concepção relativista de personalidade, o espaço é de curvatura constante positiva, do qual o espaço euclideano é apenas um caso particular.

A *analysis situs* é o que hoje se convencionou chamar *topologia*. Dentro pois dos princípios matemáticos que Brown e Lewin adotaram, pode-se admitir que o conceito de personalidade é qualitativo e variável, fugindo pois a qualquer idéia de quantidade constante.

Êste modo de conceituar a personalidade encontra ainda nas próprias leis da probabilidade, aplicadas à psicologia, um forte apoio lógico-experimental. Pode-se considerar que as variações nos traços de personalidade segue a curva da probabilidade normal. Mas o valor da média e a amplitude de distribuição variam no espaço e no tempo, isto é, sofrem a influência histórica e, também, ecológica. Em termos da teoria exposta, exprime-se tal fato dizendo que as mudanças na estrutura do campo podem determinar a mudança do valor da média e da amplitude da distribuição.

(27) J. F. BROWN, *Psychology and the Social Order* — New York, 1936.

(28) M. AMOROSO COSTA — *As Idéias Fundamentais da Matemática* — Rio, 1929.

(29) P. W. BRIDGMAN — *The Logic of Modern Physics* — Chicago, 1927.

J. F. Brown compreende também de modo diferente o problema das relações dos fatores *meio* e *hereditariedade* na determinação da personalidade.

Tem-se debatido através da história, diz êle, o mínimo irreduzível dos traços de personalidade comuns a todos os homens, ou o problema relativo ao que constitui a natureza original do homem (recorde-se as citações anteriores relativas aos desejos e motivos fundamentais). Da crença de que praticamente todos os traços de personalidade eram fixados pela natureza humana, chegou-se gradativamente a apreender que esta é modificável.

O problema da modificação ou alterabilidade da natureza humana é, na ciência biológica moderna, o problema da hereditariedade versus meio.

A acumulação crescente de dados teóricos e de fatos, tem mostrado que uma dicotomia é aqui impossível, a não ser por hipótese de trabalho. Atualmente pode-se dizer que não há hereditariedade sem ação do meio e que não há ação do meio sem hereditariedade. Em termos de lógica operacional — isto é nos termos da lógica de Bridgman (29), segundo a qual se determinam a extensão e a compreensão de um conceito achando o que foi feito e o que foi observado, ou, em outras palavras, que operações foram executadas antes de o conceito entrar em uso — podemos definir a “hereditariedade” como a soma dos traços que nós não podemos ainda “manipular” (controlar por meios dirigidos), e “meio” como os traços cuja “manipulação” é potencialmente possível.

Considerando na personalidade os dois aspectos — biofísico e biosociológico — podemos enumerar suas características segundo as distinções abaixo:

a) características fixadas no campo embriológico — o físico (altura, pêso, cor do cabelo e dos olhos, forma geral, etc.) as tendências à reação de repulsa, de aproximação, etc.);

b) características determinadas ao mesmo tempo pelos campos ambiental e embriológico — a inteligência e subtraços incluídos sob o conceito de inteligência;

c) características determinadas principalmente pela estrutura do campo ambiental — fins e propósitos, atividade emocional.

Deve-se não esquecer que a palavra “campo” nas três distinções acima encerra o mesmo conceito de sistema de forças e tensões que, no campo embriológico, são bio-físico-químicas. J. F. Brown admite residir no *gen* o mesmo indeterminismo relativo que a física quântica admite para a estrutura nuclear do átomo.

Por fim salienta o autor citado que, em face das pesquisas e experiências atuais, as distinções feitas entre as características acima é muito relativa, visto a amplitude crescente do meio.

12. Duas conclusões nos chamam a atenção, aos que nos interessamos pelo problema do recrutamento e seleção de pessoal para o Serviço Público: 1.^a, as personalidades não se diferem quantitativamente, nas qualitativamente, por configurações individuais dos traços de personalidades; 2.^a, é inútil procurar descobrir desejos fundamentais, aptidões inatas e incondicionadas que predeterminem o indivíduo, desde o berço, para êste ou aquêlo grupo de profissões.

Como corolário destas duas conclusões, podemos admitir também que o ingresso numa carreira profissional, os novos contactos sociais que isso proporciona e as possíveis influências culturais no indivíduo, podem alterar em sentido positivo ou negativo, as suas qualidades pessoais, isto é, a sua personalidade.

Isto pôsto, é fácil chegar a uma conclusão de fundo normativo ou prático: o serviço de recrutamento de pessoal, aí incluída a seleção, só tende a ser perfeito quando fôr ao mesmo tempo um serviço de orientação profissional e de seguimento dos orientados na profissão, aí supostas, naturalmente, a adaptação e readaptação contínuas. Tanto a orientação como o seguimento supõem um estudo contínuo dos indivíduos, não apenas através de simples medidas psicológicas, mas do conhecimento de suas relações sociais.

De um modo geral, pode-se afirmar que isto está sendo tentado nos Estados Unidos, através dos serviços universitários de orientação profissional e de assistência ao pessoal dos diversos setores profissionais. Os cadastros individuais, num desses serviços, mostram como se procura conhecer a pessoa orientada, não apenas através de simples testes, mas de fichas, questionários, inquéritos, auto-inventários, etc., relativos às suas relações familiares, colegiais, recreativas, exportivas, sociais, e outras.

(30) THELMA HUNT — *Measurement in Psychology* — New York, 1937.

13. Quando começamos êste artigo deixamos entrever a possibilidade dos testes de personalidade. Ora, as conclusões a que chegou J. F. Brown e que achamos bem positivadas, parecem negar isso.

Cumpré, por isso, explicar que os testes de personalidade são uma falsa extensão do conceito de teste, embora sirvam ao estudo da personalidade. Para se compreender isto, basta ter em vista que êles consistem em escalas de classificação, inventários e questionários.

Os itens das escalas de classificação não requerem fatos específicos como os testes, porque são outras pessoas que fazem a classificação, baseadas nas suas observações do sujeito a ser classificado. O juiz ou os juizes poderão classificar várias pessoas tendo em vista um traço, a honestidade por exemplo, numerando a pessoa mais honesta com 1, a seguinte com 2, etc. Poderão classificar também uma só pessoa, ou melhor, os diferentes traços de uma pessoa, como honestidade, aparência pessoal, maturidade emocional, etc. Muitas vêzes isto é feito marcando em uma linha pontos ou percentagens. Uma extremidade da linha designa o traço de personalidade no seu mais alto grau de manifestação, e a outra extremidade designa a negação absoluta dêsse traço, o seu extremo oposto.

Os inventários são escalas de auto-classificação; incluem um grande número de itens especiais para a auto-classificação, que é apurada em graus, tendo em vista um grupo normal de pessoas.

A principal diferença entre um questionário e uma escala de classificação, é que aquêle apresenta um registro sistemático de atitudes, crenças, reações, interêsses, etc. ao passo que esta apresenta juízos estimativos sôbre a posse de um traço ou característica. Há várias formas de questionários. Às vêzes êles consistem em uma lista de questões, às quais devem ser dadas respostas diretas. Outras vêzes consistem de itens a serem marcados com "sim" ou "não", com as palavras "gosto", "desgosto" ou "indiferente", etc., para indicar as reações do sujeito. Muitos inventários apresentam-se sob a forma de questionário.

Êstes testes, se é que se deve chamá-los assim, não medem, prôpriamente, a personalidade, nem os seus traços. Sobretudo, porque — segundo a crí-

tica judiciosa de Thelma Hunt (30) — os juízos que avaliam as respostas dadas aos problemas do teste, são subjetivos. Além disso, a situação a que se leva o sujeito é sempre hipotética, em vez de atual, sendo também hipotética a resposta.

Os escores não representam uma grandeza. São antes símbolo de uma relação constatada pelas respostas do indivíduo; devem ser interpretados e esta interpretação é dificilmente padronizável.

Assim mesmo, certos dentre êles, quando aplicados a casos extremos, ou que podem ser tomados como extremos, apresentam validade. O inventário de Thrustone para determinar a estabilidade emocional, discrimina satisfatoriamente entre grupos de pessoas conhecidas por serem emocionalmente estáveis (estudantes de colégio) e grupos conhecidos como instáveis (internados de um hospital de insanos). O inventário de Bernreuter (1932) apresenta resultados semelhantes quanto à validade. (31).

Além dêstes processos de estimativa da personalidade são utilizados métodos indiretos, pois supõe-se que certas habilidades ou aptidões estão estreitamente relacionados a certos traços específicos, como sentimentos e inclinações. Entre tais processos, figuram os testes de sensibilidade (visuais, analíticos e limiares cutâneos), de capacidade motora destreza ("tapping", miocinético, caligráfico, etc.), de percepção e associação (nos quais se utilizam apêrelhos de precisão como taquitoscópios e cronoscópios).

Qualquer que seja o processo, porém, não se mede um traço de personalidade ou a personalidade. Como já foi dito, os escores que se alcançam representam índices numéricos de propriedades psicológicas não definíveis mètricamente. Pela associação de vários dêsse índices, relativos a um indivíduo pode-se chegar a representar uma estereotípa específica, ou, então, indicar que o indivíduo pertence a êste ou àquele grupo, que se diferenciam configuracionalmente, pelas disposições e relações dos traços. Os tipos, todavia, não constituem classes perfeitamente limitadas. A configuração aqui é topológica, o que significa possibilidade de continuidade nas figuras, isto é, que de uma para a outra não há saltos, ou limites definidos.

(31) D. FREYER and E. R. HENRY — *An Outline of General Psychology* — New York, 1936 (edição revisada).